

----- ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE:-----

----- Ao vigésimo oitavo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, a primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro, da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** Acta da Sessão Ordinária de 29/09/2006, acta da primeira reunião da sessão ordinária de Dezembro, realizada no dia 20/12/2006 e acta da segunda reunião da sessão ordinária de Dezembro, realizada no dia 27/12/2006: apreciação e aprovação;-----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

----- **Ponto dois:** 1ª Modificação Orçamental – 2007: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos:

apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto três:** Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, a título póstumo, ao Senhor Manuel Maria dos Reis: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** Proposta de Adesão à Rede Portuguesa de Moinhos: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto cinco:** Proposta de Classificação de Património de Interesse Municipal: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto seis:** Designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores, para a composição da Comissão Alargada, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira. -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e cinco membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Alberto José Jesus Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, em substituição do senhor António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da respectiva Junta), Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José

Júlio Rosa de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de São Teotónio, em substituição do senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da respectiva Junta), José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Paula Cristina dos Santos Custódio, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Diogo Castanheira Vilhena, Fernando José Romão da Silva Valério e Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Candeias Guerreiro, Carlos Alberto Silva Oliveira e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à reunião da Comissão Eventual para “Análise da utilização de viatura municipal”, realizada no dia vinte e sete de Outubro do ano transacto, não haviam faltas injustificadas. Quanto á reunião do Grupo de Trabalho para “Elaboração da Folha da Assembleia”, realizada no dia vinte e oito de Outubro do ano transacto, não haviam faltas injustificadas. -----

----- Relativamente á reunião do Grupo de Trabalho para “Elaboração da Folha da Assembleia”, realizada no dia dezoito de Novembro do ano transacto, não tinha justificado a falta o senhor Raul José Pinto de Albuquerque Tomás. -----

----- Em relação à primeira reunião da sessão ordinária de Dezembro, realizada no dia vinte

de Dezembro do ano transacto, não haviam faltas injustificadas. -----

----- Por último, quanto à segunda reunião da sessão ordinária de Dezembro, realizada no dia vinte e sete de Dezembro do ano transacto, não tinha justificado a falta o senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- Interveio a senhora Martina Promk que solicitou informações sobre o projecto do Parque de Campismo Ecológico que seria construído na Herdade A-de-Mateus. -----

----- Interveio o senhor Raul de Almeida que relembando a última sessão extraordinária da Assembleia Municipal sobre o tema da saúde, referiu que tinha sido abordada a questão das distâncias entre Odemira e Beja e a via rápida de Odemira a Ourique, que “o senhor Presidente Camilo em boa hora propôs e tem defendido em algumas intervenções”. -----

----- Considerou ainda que se tratava de uma via muito estruturante, vendo vantagens na sua execução, designadamente: a questão da acessibilidade ao Hospital Distrital de Beja (ficaria muito mais rápida e cómoda a deslocação dos doentes); via que iria servir o futuro aeroporto de Beja e que faria o escoamento dos turistas, directamente para a costa do concelho de Odemira; a via mais directa de acesso à auto-estrada e vice-versa; as freguesias do interior do concelho (Luzianes-Gare, São Martinho das Amoreiras, Santa Clara-a-Velha e Sabóia) que iriam beneficiar com a construção dessa via; acesso mais rápido à Estação da Funcheira. -----

----- Relembrou também que o comboio inter-cidades da noite que partia de Lisboa, ainda não parava na Estação da Funcheira, considerando que a Assembleia Municipal deveria fazer essa reivindicação. -----

----- Por último, disse: “gostava de fazer uma referência, mais uma vez, à estrada mil duzentos e vinte e nove (...), da Boavista/ Portela da Fonte Santa que está em péssimo estado, continua este processo, julgo eu, de desenvolvimento do concurso que deve estar em vias de ser lançado. Fazia uma sugestão e agora não sei se vou em tempo para o fazer, que era juntar a este

concurso os três quilómetros que ligam esta estrada à Casa Nova da Cruz, que tão importante é para as pessoas de Santa Clara e de Sabóia se dirigirem a S. Teotónio e também é importante para S. Teotónio, evidentemente e para a costa (...). -----

----- Tenho muita pena que o Director de Estradas de Beja que veio aqui na última Assembleia tenha dito que esta via rápida não está no Plano Rodoviário Nacional. Pois não está! A gente também sabe, não é novidade!-----

----- O IC4 está no plano e não nos serviu para nada. Eu gostava de ter ouvido o senhor Engenheiro Melo defender esta nossa reivindicação, este nosso anseio e comprometer-se em defender a proposta que o Presidente Camilo em tão boa hora lançou para a discussão”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente ao Ecoresort Camping, informou que tinha sido entregue na Câmara Municipal o estudo prévio, já com o estudo de impacto ambiental. Referiu que estavam a proceder à alteração do artigo vinte e oito, do Plano Director Municipal, uma vez que o plano apenas permitia parques de campismo até quatro hectares, o que face à nova legislação era muito pouco, tendo em conta o actual campismo moderno e de qualidade ambiental.-----

----- Revelou ainda que estava a decorrer a consulta pública relativamente àquela “micro alteração”, pelo que poderiam consultar todo o processo. Disse ainda que se tratava de uma questão muito importante para o Município de Odemira, completamente avançada em termos ambientais e um investimento estruturante muito importante, uma vez que se tratava do primeiro Eco-Camping a nível nacional e poucos existiam a nível Europeu. -----

----- Quanto à via rápida, disse que tinha lançado essa ideia durante um debate nas Festas de Amoreiras-Gare, em que o senhor Deputado José Soeiro e posteriormente o senhor Deputado Ameixa “agarraram” essa questão e interrogaram o Governo que informou que essa via não constava no Plano Rodoviário Nacional, porque os IP2 tinham pontos extremos determinados no plano. -----

----- Revelou ainda que tinha proposto que retirassem a forma IP e que fizessem uma via de perfil equivalente até Odemira a entroncar com o IC4. Considerou ainda que o senhor Director de Estradas era um entusiasta daquela via, porém não a poderia defender porque tinha de se cingir ao que estava na Lei e no Plano Rodoviário dois mil.-----

----- Revelou que concordava com as vantagens descritas pelo senhor Raul de Almeida, relativamente à construção da via rápida e em relação à Estação da Funcheira informou que tinha solicitado uma reunião à Senhora Secretária de Estado dos Transportes, para debaterem essa e outras questões relacionadas com os comboios, designadamente a Proposta de Alteração de Horários, em tempos aprovada na Assembleia Municipal. -----

----- Em relação ao caminho municipal mil duzentos e vinte e nove informou que tinham nesta data tomado a posse administrativa da obra, pelo que brevemente iria ser lançado o concurso. Quanto à junção dos três quilómetros, referiu que na posse administrativa, o que se lançava a concurso seria a mesma obra que tinha sido interrompida, conforme o que a lei prevê. Relativamente a esse troço, informou que os Serviços de Topografia estavam a analisar a questão do aterro. -----

----- Por último, informou que, nesta data, no edifício da Associação de Beneficiários do Mira, tinha sido produzido um despacho conjunto entre os Ministros da Economia, da Agricultura e do Ambiente e Ordenamento do Território, no sentido de ultrapassar o problema que existia no concelho de Odemira quanto à relação Ambiente/ Agricultura e “à sobreposição do Perímetro de Rega do Mira ao Parque Natural”.-----

----- Referiu também que tinham estado envolvidas as entidades mencionadas, os produtores e lamentavelmente a Câmara Municipal de Odemira tinha ficado de fora, apesar dos muitos esforços desenvolvidos nesse sentido, ao longo dos anos. -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/09/2006, ACTA DA

PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO, REALIZADA NO DIA 20/12/2006 E ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO, REALIZADA NO DIA 27/12/2006: -----

----- A) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS: A acta em causa tinha sido presente para apreciação e aprovação na primeira reunião da sessão ordinária deste Órgão, realizada no dia vinte de Dezembro do ano transacto, tendo sido deliberado adiar a sua votação, tendo em conta as divergências havidas, sendo necessário proceder-se a uma audição das gravações. -----

----- A acta tinha sido distribuída por todos naquela sessão de Dezembro, pelo que se procedeu à sua apreciação. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse o seguinte: “Na última reunião foi levantada a questão da redacção da acta da sessão ordinária de vinte e nove de Setembro, por divergências, enfim que todos se recordarão. Ficou então dito, na altura que se iria proceder à audição das cassetes respectivas, o que foi feito, tendo comparecido o Presidente da Assembleia, o senhor Deputado Raul de Albuquerque, a senhora Secretária da Assembleia, Fernanda e o senhor Márcio, do Gabinete de Audiovisuais. -----

----- Procedeu-se à audição e a Mesa, os três elementos da Mesa, a quem eu pus ao corrente genericamente do decorrer da audição, entende que não há nada de substancial a alterar, relativamente ao que constava da proposta da acta.” -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que a acta em causa tinha sofrido outras rectificações que não tinham levantado discordância, pelo que considerava que seria importante os membros da Assembleia Municipal receberem o texto definitivo da acta. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a acta iria ser fotocopiada para cada representante das forças partidárias presentes na Assembleia

Municipal, para verificarem o texto final.-----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse o seguinte: “Lamento não concordar com nada do que acabou de dizer agora em relação à audição das cassetes, lamento de facto! Esperava que o senhor dissesse aqui em público que nós não tivemos de acordo em relação à audição, porque no início havia um problema de som que foi resolvido depois, no contexto foi fornecida uma cópia em papel, muito bem dactilografada e com o conteúdo correcto do que foi gravado nessa sessão, no que toca àquilo que eu chamei a atenção e no fim propunha que, uma vez que o conteúdo do texto não é igual ao que foi dito, porque faltam-lhe elementos importantes do discurso, falta no texto, foram omitidas, omitidas frases e conteúdo. O que lá está em síntese é uma síntese grosseira, é uma síntese pouco elucidativa daquilo que foi dito aqui na sessão. -----

----- O senhor Presidente entendeu que não se devia alterar a acta porque não era ali sede de alterar uma minuta de acta, eu entendia que era, uma vez que aquilo que era uma minuta de acta, devia-se alterar de acordo com o que está aqui escrito e que consta no texto ouvido naquilo que se ouviu, que foi dito na gravação. Portanto, eu continuo sem entender porque é que hoje, conforme o senhor Presidente tinha dito, não divulga aí o texto do som, para as pessoas ouvirem e entenderem se é possível ou não é possível, que eu tenho razão em relação à transcrição.-----

----- Ou seja, para além de não ter trazido este som ou não está com vontade de o mostrar, de o dar a ouvir, não trouxe também a minuta da acta ou acta que no fundo ainda não foi aprovada e que tem alterações.”-----

----- Seguidamente referindo-se à parábola sobre “a pintura do retrato do rei vesgo, cujo pintor tinha perguntado de que lado pintaria o rei”, referiu que no presente caso apenas queria que “se pinte o rei de frente”.-----

----- Por último, disse que considerava que tinha havido omissão de coisas importantes que

tinham sido ditas naquela sessão por ele e pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que não concordava com a interpretação que o senhor Raul de Albuquerque Tomás tinha feito, nomeadamente ao insinuar que o Presidente da Assembleia Municipal estaria a tentar “fugir aos assuntos”, porque se fosse pedida, seria ouvida a gravação em causa, uma vez que estava tudo preparado para esse efeito e, para além disso, tinha-lhe sido facultada, na audição, uma cópia da transcrição da gravação. -----

----- Disse ainda que “seria incorrecto, da minha parte, acordar consigo o texto da acta que pretendia ver alterado, quando eu entendo que isso não é a nossa função, quando fomos ouvir a audição. A acta e as questões sobre a acta, são para ser presentes aqui à Assembleia e até porque não estava presente uma outra pessoa que era o Presidente da Câmara que, naturalmente, era também o visado, digamos nas referências que o senhor Deputado fez. (...) Também me parece razoável que se dê à outra pessoa visada, porque no fundo isto não tem a ver com o Presidente da Assembleia, isto se tem a ver é com o senhor Deputado Raul de Albuquerque e com o senhor Presidente da Câmara Municipal, porque eram as afirmações que estavam aqui em causa.” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que por motivos de agenda profissional não tinha sido possível comparecer à audição da gravação, no entanto tinha recebido uma folha com a transcrição de parte das gravações. -----

----- Considerou ainda que cada um dos presentes poderia ter a sua interpretação quanto aos resumos da acta e que nem sempre coincidiria com a interpretação dada pela secretária da Assembleia Municipal. -----

----- Por último, disse: “para mim, naquilo que é essencial e repito, na minha opinião e naquilo que é essencial, aquilo que estava na acta é retratado de forma sintética, aquilo que se fez, a descrição em extenso daquilo que tinha sido gravado. Admito que essa possa não ser a

interpretação do senhor Deputado Raul de Albuquerque Tomás. (...) A acta sinteticamente diz aquilo que se passou”. -----

----- Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse: “Nada me move neste assunto nem contra si, nem contra o senhor Presidente, apenas aquilo que eu desejo é que fique transcrito na acta aquilo que eu entendo que se passou aqui.” Seguidamente propôs que o texto dactilografado fosse distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal e posteriormente quando tivessem estudado o assunto votar-se-ia a acta. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que seria distribuído pelos representantes de cada força partidária, um exemplar do texto dactilografado em causa, para que pudessem trocar impressões sobre o assunto e interrompeu a sessão, nos termos do Regimento dos Membros deste Órgão, para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas, representante da Coligação Democrática Unitária que disse: “Supostamente sempre que há uma intervenção de um Deputado Municipal ou mesmo do senhor Presidente da Câmara ou de algum Vereador que esteja presente, eu suponho que se esse interveniente, entender que determinada intervenção deva ser transcrita na íntegra ou em parte, que terá esse direito. Se o senhor Raul de Albuquerque entende que uma parte da sua intervenção deverá ser transcrita na íntegra, eu suponho que ele tem este direito e acho que em geral foi a ideia dos membros deste grupo. -----

----- Se se entender que hoje não há condições para ainda votar essa acta, pois deverá ser remetida para a próxima reunião”. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que disse “O Partido Socialista acha que isto é um assunto que não se deve arrastar por muito tempo, que de facto a acta mostra e transcreve tudo o que foi dito de essencial e que como tal deve-se passar à aprovação da acta e ser votada.” -----

----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação, representante da Coligação Por Odemira

que disse: “Em minha opinião, acho que se resolvia este problema se fosse possível apensar à acta, este papel que é a transcrição da cassette áudio que tem todas as coisas e que quer o Engenheiro Raul Albuquerque, quer o senhor Presidente da Câmara Municipal já concordaram em que de facto, efectivamente aqui, aquilo é uma transcrição exacta da cassette. Se for possível apensar resolvia-se o problema assim”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “Eu penso que aquilo que está a ser sugerido é um precedente que nunca foi usado antes e as precedências têm também os seus perigos (...).-----

----- Legalmente é a acta! Parece que não há dúvidas quanto a isto, é o que vem na Lei. Se vamos, a propósito de qualquer incidente, proceder como está a ser sugerido, estou convencido que, dentro de pouco tempo, não vale a pena fazer actas, porque as gravações dizem tudo.”-----

----- Por último, considerou que ao transcreverem tudo para a acta, estavam a desvirtuar o conceito de acta.-----

----- Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse que concordava com a proposta do senhor Fernando da Encarnação, e bem assim informou que não concordava com os argumentos apresentados pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse ainda que: “no que toca à verdade, nós não temos de ter receio dela e não há nos textos a transcrever nada de ofensivo, nem nada que possa envergonhar quer eu, quer o senhor Presidente da Câmara Municipal, nem nenhum dos intervenientes.”-----

----- Por último, lembrou que desde que é membro da Assembleia Municipal já tinham sido aprovadas muitas actas e nunca tinham levantado problemas, pelo que considerava que esse facto não se transformaria numa rotina. Referiu também que era necessário saber se, legalmente, os membros tinham ou não o direito, de exigir que fossem feitas transcrições do que entendessem, para a acta.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que, em relação à

intervenção do senhor Fernando da Encarnação, referiu que tinha dito que o assunto para ele ficava encerrado e que a acta retratava, no essencial, aquilo que por extenso a audição dizia e não referiu que estava de acordo com a modificação do texto. -----

----- Por último, informou que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, tinha produzido uma sentença, na qual referia que a prova era feita pela acta e não pelos apensos, gravações ou outros, pelo que considerou que o texto da acta ou ficaria como estava ou seria acrescentado, naquilo que os membros entendessem relativamente ao que estava em falta. -----

----- Interveio novamente o senhor Fernando da Encarnação que referiu que não tinha dito que o senhor Presidente da Câmara Municipal estaria de acordo com a sua proposta. Disse ainda que tinha referido que o documento que propôs apensar, era a transcrição exacta do que estava gravado, conforme informação prestada pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás e pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Por último, disse que apenas tinha sugerido o apensamento, se fosse possível. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu que o resumo das actas eram a interpretação da senhora Secretária da Assembleia Municipal, do que se passava nas reuniões, porém poderia haver situações em que não tivesse interpretado bem as palavras de um membro da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu ainda que geralmente concordavam com o resumo constante nas actas. -----

----- Por último, considerou que, para ultrapassar esse impasse, deveria ser colocada na acta a transcrição.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que haviam duas posições que seriam colocadas à votação, ou seja uma que considerava que se deveria transcrever aquilo que constava na gravação e outra que considerava que o texto da acta se deveria manter como estava proposto.-----

----- Referiu ainda que seguidamente à votação, procederiam à audição da gravação, para que

ninguém pudesse invocar desconhecimento. -----

----- Em face do exposto o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a primeira posição, ou seja a transcrição exacta do conteúdo das intervenções em causa. Esta proposta foi rejeitada por maioria, com dezasseis votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- Tendo em conta o resultado da votação anterior, por consenso, foi dispensada a votação da posição alternativa, pelo que informou que iriam proceder à audição das gravações, para obviar a quaisquer dúvidas quanto ao que estava resumido em acta. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que propôs, uma vez que tinham pouco tempo, que em vez de ouvirem a audição, fossem distribuídas por todos os membros, fotocópias do documento dactilografado da audição. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à votação a proposta apresentada pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás, tendo sido rejeitada por maioria, com dez votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e cinco abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

----- Foi também colocada à votação a audição por parte de todos os membros presentes naquela sessão, de partes da gravação da sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de Setembro do ano transacto. Esta proposta foi rejeitada por maioria, com treze votos contra dos

membros eleitos pelo Partido Socialista, cinco votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, seis abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e seis abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente e uma vez que já tinha sido distribuído um exemplar da acta em causa por cada força partidária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o texto da acta em causa que foi aprovado por maioria, com doze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, seis abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e cinco abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

----- Registaram-se as seguintes Declarações de Voto: -----

----- a) Raul de Albuquerque Tomás: “Venho fundamentar a minha votação contra a aprovação dessa acta, pelas razões que foram discutidas antes e essencialmente pelo seguinte: eu entendo que a liberdade de expressão e a democracia que nos une a todos em ideal, foi mutilada neste instante. Houve uma ditadura da maioria que resolveu votar algo que hoje era a favor de um grupo minoritário, mas a favor da verdade, como uma mera transcrição para uma acta de algo que foi dito e que não é nada de ofensivo e que portanto não havia razões para não escrever, mas que tem conteúdo político claro contra o Partido Socialista.-----

----- E eu entendo que isto não abona de maneira nenhuma a democracia e envergonha, na minha opinião, quem votou contra a divulgação do que foi dito por escrito.”-----

----- b) Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís: “Eu votei contra pela primeira vez, votei contra uma acta nesta Assembleia e resume-se ao seguinte: creio

que hoje foi criado um precedente ao não aceitar pôr exactamente na acta, aquilo que uma pessoa se manifestou em desacordo e tendo sido proferido por ela própria. E eu acho que acima de tudo deve ficar na acta, aquela que foi a intenção da pessoa e não aquilo que foram interpretações das outras pessoas”. -----

----- c) Maria da Piedade Barradas: “Uma vez que fica um pouco desvirtualizada, como hei-de dizer, o pleno exercício da democracia, como disse a Joaquina também já, com a abertura deste precedente, uma vez que uma acta deve transcrever o que de mais importante se passou, mas deve transcrever com fidelidade e ficou aqui um bocadinho posta em causa, a fidelidade daquilo que se passou. Nesta circunstância, eu não podia de forma alguma aprovar esta acta”. -----

----- d) Ricardo Cardoso: “Nós de facto votámos a favor desta acta, porque ela tal e qual como está estipulado na lei, reflecte sumariamente tudo aquilo que se passou na sessão. Acho que esta sessão foi produtiva, no sentido em que, pelo menos aclarou e de facto tirou as dúvidas em relação a que isso é verdade. E quero dizer que não me sinto minimamente envergonhado por ter tomado essa posição, uma vez que ela é uma posição democrática, de facto tomada pela maioria, mas de forma que deixou toda a gente mostrar a sua posição. -----

----- É verdade que nem todos temos a mesma posição, mas nem sempre quando as pessoas não têm a posição que eu defendo, vou dizer que não foram democráticas.” -----

----- B) ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO, REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referindo-se à décima quinta página, na vigésima linha, onde se lia: “...sob proposta

do seu filho, na Suécia”, devia-se ler: ““...sob proposta do seu filho, no Porto”. Esta proposta de rectificação foi aprovada por consenso. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que referindo-se à décima nona página, na quarta linha, onde se lia: “...por tudo o que tinha feito pelo bom nome...”, devia-se ler: “...por tudo o que tinham feito pelo bom nome...”. Ainda no primeiro parágrafo daquela página informou que onde vinha referido o seu apelo aos empresários, devia ficar: “lançou um apelo aos Presidentes das Juntas de Freguesia para que, apesar das dificuldades financeiras que enfrentavam, pudessem colaborar com a organização do encontro.” -----

----- Ainda em relação àquela página, no penúltimo parágrafo, onde se lia: “...em risco a saúde e a vidas da pessoas”, devia-se ler: “...em risco a saúde e a vida das pessoas.” -----

----- Estas propostas de rectificação foram aprovadas por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- C) ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS:

Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que referindo-se à quadragésima quarta página, na décima nona linha, onde se lia: “...acautelada neste momento”, devia-se ler:

“...acautelada neste documento”. Esta proposta de rectificação foi aprovada por consenso. -----

----- Inteveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís que, referindo-se à nona página, na quarta linha onde se lê: “Inteveio a senhor Joaquina”, devia-se ler: ““Inteveio a senhora Joaquina” e na sexta linha, onde se lia: “já havam bastante tempo”, devia-se ler: “já havia bastante tempo”. -----

----- Estas propostas de rectificação foram aprovadas por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Não se registou qualquer pedido de esclarecimento. -----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Inteveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que este ponto servia para cada membro apresentar os assuntos que achasse prementes, no entanto já vinham previamente agendados alguns temas, sobre os quais teriam de se pronunciar a pedido dos interessados, designadamente o assunto do senhor Francisco Maria Luís. -----

----- Em face do exposto, considerou que aquele tipo de assuntos, poderiam ser agendados no Período da Ordem do Dia.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou, que considerava que o ponto três do Período Antes da Ordem do Dia, era um ponto residual onde poderiam ser abordadas diversas questões, nomeadamente aquelas que eram sugeridas por diversas entidades. Revelou ainda que a gestão da Ordem de Trabalhos era feita de acordo com os anos anteriores e com base também, no seu entendimento, no entanto se existissem outras propostas relativamente ao assunto, seriam colocadas à Assembleia Municipal. -----

----- Neste ponto foram apreciados os seguintes documentos:-----

----- a) Entrada número vinte, datada de onze de Janeiro do corrente ano, enviado pela Coordenadora Nacional da EMAEIOT – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sobre “Comemoração do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos 2007 – Convite à participação em iniciativas sobre o direito à igualdade e não discriminação”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que sugeriu que fosse agendada uma sessão extraordinária sobre o tema, com trabalho previamente efectuado pelas forças políticas representadas na Assembleia Municipal, no sentido de estruturar a metodologia de uma sessão daquele género e para que as coisas não fossem feitas casuisticamente.-----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que referiu que partilhava da sugestão do senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que referiu que concordava com a sugestão e, bem assim considerou que a mesma devia ser bastante divulgada. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que considerou que seria importante debaterem um assunto tão importante como o que era proposto, uma vez que ainda existiam muitas coisas em que não havia igualdade e isenção. Sugeriu também que a sessão fosse previamente preparada e bem divulgada. -----

----- Em face do exposto, foi deliberado por consenso que a sessão extraordinária sobre o tema “Comemoração do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos 2007 – Convite à participação em iniciativas sobre o direito à igualdade e não discriminação”, fosse agendada em data, local e metodologia a ser estabelecida pela Mesa da Assembleia Municipal.

----- b) Entrada número vinte e sete, datada de dezoito de Janeiro do corrente ano, enviado pela AMBAAL – Movimento BAAL 21, sobre “Declaração de Princípios do Movimento BAAL 21 – Declaração de Adesão”. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que manifestou o seu agrado com o documento em causa, uma vez que a Declaração revelava um conhecimento apurado da realidade da região, dos constrangimentos e das potencialidades de desenvolvimento, para bem das populações da região do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que relembrou que o assunto em causa já tinha estado presente numa anterior sessão, em que tinham sido apresentadas várias propostas de inclusão. Disse também que de todas as propostas, apenas uma (o IC4) aparecia reflectida na Declaração, num local que não seria o mais indicado, devendo ter sido dado um pouco mais de destaque. -----

----- Considerou ainda que um movimento que se dizia do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral deveria ser aglutinador de todo o Alentejo e de toda a sociedade civil, o que não correspondia ao que estava em questão. -----

----- Disse ainda que: “está hoje e independentemente das culpas disso, demasiado e vincadamente com uma forte índole política, posso dizê-lo, e acho também que este movimento, apesar de se dizer “um movimento para todo o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral”, também marca e vincula demasiado as posições que são da centralidade desta região. Quero com isto dizer que acho que ele foi feito com base no concelho de Beja e limítrofes, depois tem aqui um raiar para o litoral, mas de facto e apesar da Declaração de Princípios ser um bocado

extensa, ela não reflecte aqui, todas aquelas que são as preocupações do nosso Município de Odemira e até se esquece de algumas bastante importantes.”-----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que disse: “Li este documento e como é normal, qualquer cidadão deste concelho que por ele vai lutando, não deixa de ficar satisfeito por ver que algo se está a querer movimentar, no sentido de trazer mais valias muito importantes para toda a região do Alentejo e o Litoral Alentejano.” -----

----- Disse que vinha mencionado o IC4 que desde há catorze anos era debatido na Assembleia Municipal e esperou que não ficassem, outra vez, apenas com a esperança. Considerou que o concelho de Odemira estava muito “mal tratado” a nível de acessibilidades e que cada vez mais se impunha uma via de ligação em condições, para a sede do distrito (Beja).-----

----- Interveio o senhor Valdemar Silvestre que informou que ainda não tinha uma opinião formada sobre o assunto. Considerou que habitualmente o Município de Odemira era convidado a aderir a associações, no entanto parecia que as associações apenas faziam esse convite para serem ajudadas no orçamento. Referiu ainda que concordava em parte com a intervenção do senhor Ricardo Cardoso, referindo que se tratava mais de uma força dos lobbies de Beja, em fazer valer os interesses de Beja.-----

----- Considerou ainda que poderiam também trazer algumas vantagens para o concelho de Odemira e discordou quando adjectivaram o assunto de político.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que era importante que o concelho de Odemira estivesse representado em todos os movimentos e em todos os locais onde pudesse fazer ouvir aquilo que eram as suas preocupações. -----

----- Quanto à visão política das coisas, referiu que no presente movimento existiam várias entidades que poderiam estar conotadas com quase todas as forças políticas. Disse ainda que

“Nós só temos é que fazer reflectir as nossas opiniões e se calhar os movimentos são aquilo que as pessoas que lá estão dentro, fazem com que eles sejam. Nós ao auto excluirmo-nos não conseguimos fazer, de maneira nenhuma, valer a nossa opinião.” -----

----- Interveio novamente o senhor Ricardo Cardoso que informou que respeitava todas as opiniões e referiu que concordava em parte com o senhor Valdemar Silvestre, porque também considerava que se tratava de um movimento que se aproveitava da região, para defender os interesses da centralidade regional. Considerou ainda que o Município de Odemira seria apenas para fazer número e lembrou que na sessão ordinária de vinte e nove de Setembro, onde foram aprovadas as propostas de inclusão, ele tinha sugerido o acesso à saúde, que se tratava de uma preocupação do população do concelho de Odemira e que não tinha sido incluída. -----

----- Por último, considerou que se tratava de um movimento com uma forte índole político-partidária. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo sido rejeitado por maioria, com catorze votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, seis abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Refere-se o facto da votação em causa ter sido repetida, após ter havido um empate (treze votos a favor e treze votos contra). Por terem sido suscitadas dúvidas, relativamente à contagem dos votos, foi efectuada uma nova votação.-----

----- A senhora Helena Loermans apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Votei favoravelmente a Declaração de Princípios do Movimento BAAL 21, porque concordo com todos os pontos referidos naquela declaração. -----

----- No entanto, lamento que não tenha sido considerada a proposta da minha autoria que visava o "...acesso em condições óptimas de banda larga de Internet, para todo o território dos concelhos que integram o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral".-----

----- Interveio a senhora Dulce Raposo que referiu que não tinha compreendido o porquê da repetição da votação e lamentou que essa proposta não tivesse sido aceite pela Assembleia Municipal, o que denotava um grande desconhecimento.-----

----- c) Entrada número trinta e oito, datada de trinta de Janeiro do corrente ano, enviado pela senhora Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, sobre o "Relatório Anual de Actividades e Avaliação da CPCJ de Odemira".-----

----- À semelhança do ano anterior, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez um convite à senhora Presidente da CPCJ de Odemira para que, se assim o entendesse, viesse fazer uma apresentação do trabalho desenvolvido no último ano. Informou também que pessoalmente lhe tinham chegado ecos do bom trabalho da Comissão, nomeadamente que tinha sido solicitada a cooperar, em termos de informação, com uma comissão idêntica no concelho de Castro Verde. Manifestou ainda o seu agrado pelo facto desse pedido de informação e ajuda tivesse "partido de um homem que passou vários anos neste concelho e que teve aqui posições relevantes, quer sob o ponto de vista profissional, quer político – Senhor Arquitecto Duarte"; referiu ainda que tinha havido recentemente uma notícia no jornal Correio da Manhã que elogiava o trabalho da CPCJ de Odemira, na resolução com eficiência e rapidez de um caso concreto.-----

----- Perguntou ainda a razão de existirem tão poucos homens na Comissão e se haveria alguma maneira de aliciar as empresas que actuavam no concelho de Odemira, no sentido de fazerem um esforço financeiro e de poderem apoiar a Comissão através da verba prevista no IRC.-----

----- Por último, elogiou o excelente trabalho que estava a ser desenvolvido pelas pessoas que

havam sido designadas pela Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente, passou a palavra à Dr.^a Laura Fino, Presidente da CPCJ de Odemira, que fez uma apresentação do Relatório Anual. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se às crianças que tinham sido canalizadas para as instituições, perguntou se essas crianças ficavam muito distantes do local de residência e, bem assim, se haveria alguma possibilidade, no sentido de encontrarem uma alternativa, para evitar que as crianças fossem deslocadas para tão longe, de modo a possibilitar que as visitas fossem mais frequentes e a evitar que se desligassem de todo, da realidade em que estavam inicialmente inseridas. -----

----- Interveio a Dr.^a Laura Fino que informou que as crianças estavam em Beja e, bem assim que o trabalho da Comissão era “trabalhar” as famílias, no sentido de um regresso dessas crianças. Revelou que, com a distância, tornava-se muito complicado tanto a nível de visitas, como a nível da intervenção junto da família, em procurar manter esse contacto. -----

----- Por último, disse que um Centro de Acolhimento Temporário era uma das necessidades referidas no Relatório e que se mantinha essencial, porque apesar de existirem casos em que as crianças tinham de ser definitivamente afastadas das famílias, a maioria tinha recuperação.-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que homenageou as pessoas que trabalhavam neste tipo de comissões, considerando-as heróis.-----

----- d) Entrada número quarenta, datada do dia um de Fevereiro do corrente ano, enviado pelo senhor Director Geral das Pescas e Aquicultura, sobre a “Moção sobre o Quadro Legal da Pesca Lúdica e Apanha com Fins Lúdicos”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que manifestou o seu descontentamento com a resposta enviada pelo senhor Director Geral das Pescas e Aquicultura.

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que apresentou a Proposta de Carta a enviar ao senhor Director Geral das Pescas e Aquicultura, que seguidamente se transcreve: -----

----- “Desde já queremos agradecer os esclarecimentos prestados através de v/ ofício ref.^a 693/2007, relativos à “moção sobre o quadro legal de pesca lúdica e apanha com fins lúdicos”, por nós enviada.-----

----- Respeitamos a vossa opinião, mas mais uma vez nos parece que a argumentação apresentada demonstra algum desfasamento e desconhecimento da realidade. -----

----- Indo de encontro à vossa manifestada disponibilidade para nos prestarem esclarecimentos adicionais, gostaríamos que nos facultassem alguma informação de que dispõe, nomeadamente:

----- • Estudos efectuados sobre a “situação do recurso percebe”; -----

----- • Quantas licenças de apanha profissional do percebe foram passadas para o PNSACV?---

----- • Quantas licenças de apanha profissional do percebe foram passadas para cidadãos do Concelho de Odemira?-----

----- • Quantos dos apanhadores profissionais licenciados dependem (exclusivamente) desta actividade?-----

----- Antes de nos despedirmos queremos ainda deixar claro que defendemos a preservação e a gestão sustentada dos recursos, mas somos também incondicionalmente contra a proibição nua e crua, e desculpem-nos a sinceridade mas apanhar ½ kg de percebes com 2 cm de unha à mão...só no prato. -----

----- Aguardando a v/ prezada resposta nos despedimos”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou, que em tempos, tinha havido uma proposta de portaria que tinha tido vários contributos que não tinham sido atendidos. Considerou ainda que actualmente os pescadores do concelho de Odemira estavam a ser tremendamente prejudicados.-----

----- Informou ainda que iria enviar para a Assembleia Municipal fotocópia do ofício remetido ao senhor Director Geral das Pescas e Aquicultura, no qual dava conhecimento da posição da Câmara Municipal relativamente à questão.-----

----- Referiu ainda que não tinham conseguido obter a informação de quantas licenças tinham sido destinadas à apanha dos percebes e bem assim considerou que a Direcção Geral de Pescas e Aquicultura não tinha tido em conta, ao fixarem o número de licenças, os que já tinham renovado, os que ainda não tinham nenhuma e aqueles cuja vida dependia, em grande parte, do mar. Disse ainda que lamentava que os pescadores do concelho de Odemira vissem os seus pedidos indeferidos.-----

----- Por último disse que na Câmara Municipal existia unanimidade quanto à questão em causa e, bem assim, considerou que deveria existir nesta matéria uma paridade, porque o concelho de Odemira tinha sido fortemente prejudicado.-----

----- Interveio o senhor Valdemar Silvestre que considerou que não se poderiam apenas centrar naqueles que dependiam da apanha do percebe. Considerou ainda que as licenças profissionais deveriam ter em conta a dimensão da costa de cada concelho, para que fossem distribuídas de uma forma mais equilibrada.-----

----- Por último, considerou que também deveriam ter em conta as pessoas do concelho de Odemira que, como ele, gostavam de apanhar marisco para comer com a família, que não iam vender, nem destruir ou “pisotear” os percebes, como era referido no ofício enviado pelo senhor Director Geral de Pescas e Aquicultura.-----

----- Apelou para que houvesse insistência nessa matéria, para que as pessoas que viviam no concelho de Odemira e que sempre foram à costa apanhar marisco para consumo próprio, tivessem esse direito.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta de Carta a enviar ao senhor Director Geral das Pescas e Aquicultura, a qual foi devidamente aprovada por consenso.-----

----- e) Entrada número quarenta e seis, datada de sete de Fevereiro do corrente ano, enviado pelo senhor Francisco Maria Luís, sobre o assunto “Exposição sobre cobrança de

fornecimento de água no Município de Odemira”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinha dirigido o documento em causa para os serviços responsáveis e que aguardava o relatório. Chamou a atenção para o facto do senhor ter mudado de conta e não ter informado o Município de Odemira, o que levou naturalmente a que o pedido de liquidação, ao chegar ao banco, fosse devolvido por falta de pagamento e entrasse em cobrança coerciva. Disse ainda que a cobrança coerciva estava regulada quer do ponto de vista regulamentar, quer do ponto de vista legal.-----

----- Quanto à última questão colocada na carta, sobre uma rua na Zambujeira do Mar, informou que a empresa que estava a efectuar a obra tinha sido notificada para assumir a obrigação de reparar por inteiro a rua assim que concluísse os trabalhos. -----

----- f) Entrada número quarenta e nove, datada de oito de Fevereiro do corrente ano, enviado pela empresa TAIPA, sobre o “Projecto Simetrias – Relatório da Acção: Serões Comunitários”. -----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que explicou que o projecto em questão estava a ser desenvolvido em duas freguesias (São Teotónio e Vila Nova de Milfontes), tinha como entidade promotora a Câmara Municipal de Odemira e como entidade financiadora a Segurança Social. Disse ainda que o projecto tinha duas áreas de intervenção em públicos específicos (crianças e jovens em risco e pessoas vítimas de violência doméstica), e bem assim que uma das acções eram os “Serões Comunitários”, que tinha como grande objectivo a participação da comunidade, o apelo à responsabilidade social dessas comunidades e o envolvimento das pessoas nos seus problemas. -----

----- Referiu ainda que tinham estado nas Brunheiras, num serão com cerca de vinte e cinco pessoas, onde foram levantadas as problemáticas da localidade, conforme constavam no relatório. Das fraquezas da comunidade destacou: a falta de arruamentos (estradas com buracos e sem bermas), falta de iluminação, redes de águas e esgotos inexistentes, clandestinidade das

casas, a falta de segurança nos dias de mercado, a coexistência de furos e fossas que poderia originar um problema de saúde pública. Em relação às forças da comunidade destacou: as actividades desenvolvidas pela Associação das Brunheiras em parceria com a TAIPA, a concentração de motos, as caminhadas, a hipótese de voltarem à escola com o RVCC. -----

----- Por último, referiu que o presente relatório vinha lembrar que havia um problema nas Brunheiras e Galeado por resolver. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a Autarquia desde há muitos anos que tinha consciência dessa situação e que na prática têm estado sempre sozinhos naquele processo. Disse ainda que a Câmara Municipal sempre teve a intenção de reordenar aquela zona de cerca de mil e duzentos hectares, no entanto na área de fraccionamento ilegal da propriedade rústica, ou seja na área de construção clandestina, não havia qualquer lei que permitisse a construção de extensões de redes de águas e esgotos ou o seu financiamento, entre outras obras.-----

----- Informou também que no anterior mandato tinham conseguido assinar um protocolo com a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, onde eles se comprometiam em acompanhar aquela situação de perto. Disse que a Câmara Municipal enviava relatórios através do Gabinete Técnico Local para a Direcção Geral ao abrigo do protocolo e nunca tinham recebido resposta.-----

----- Por último disse, relativamente ao caso da saúde pública, que “estamos fartos de falar isso com a Junta de Freguesia ao longo dos anos. É verdade, mas também estamos entaladas do ponto de vista legal”.-----

----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação que disse o seguinte: “Quando me candidatei à Assembleia Municipal, fi-lo com a intenção de aqui pugnar pelos interesses das populações e do concelho de Odemira. Lamento que as sugestões que tenho aqui apresentado, não é que estivesse à espera de serem logo concretizadas, mas pelo menos tivessem algum

acolhimento por parte da Câmara Municipal”. -----

----- Relembrou que anteriormente já tinha solicitado a actualização da sinalização rodoviária na sede do concelho, nomeadamente na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, que já motivou várias situações desagradáveis. Relembrou também que tinha sugerido que fossem colocados semáforos alternativos na ponte sobre o rio Mira, em Odemira, uma vez que não havia possibilidade técnica de a alargar. Disse ainda que o trânsito tinha aumentado muito e a ponte já tinha sessenta anos. -----

----- Por último, disse que também já tinha por várias vezes sugerido a alteração do horário do cemitério ou a extinção da taxa de reabertura. Até ao momento mantinha-se tudo na mesma, o funcionamento do cemitério estava cada vez pior, os funcionários eram cada vez menos e muitas vezes eram as próprias Agencias Funerárias a fazerem o trabalho deles. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que, lembrando a proposta de constituição de uma Comissão Eventual para a Saúde, aprovada na última sessão da Assembleia Municipal, solicitou aos representantes dos grupos partidários para indicarem os elementos que iriam integrar a respectiva composição. Em face da indicação feita, a Comissão Eventual para a Saúde, passou a integrar os seguintes elementos: Presidente da Assembleia Municipal de Odemira; Amâncio Francisco Mendes Piedade, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis e Telma Cristina Felizardo Guerreiro, do Partido Socialista; Joaquina Maria Eduarda Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís e Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, da Coligação Democrática Unitária e Fernando Silvestre da Encarnação, da Coligação Por Odemira. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que disse o seguinte: “Quero congratular-me pelo modo como decorreu a sessão extraordinária sobre a saúde, em que houve aqui um grande consenso entre todas as partes envolvidas, todas as forças políticas uniram os seus esforços, no sentido de tentarmos encontrar soluções para melhorar e expor as nossas

razões e que foi uma sessão muito participada, com muito público, o que foi óptimo. Mais uma vez, quero reforçar nesse sentido, que faz muita falta um órgão próprio da Assembleia para divulgar o que aqui se passa, porque chegou às minhas mãos o Notícias de Odemira, na sua ultima página trata o assunto da saúde, mas fiquei muito desiludida com o tratamento que se deu à nossa sessão, porque se deu imenso realce às entidades convidadas, fala-se pontualmente que o debate foi participativo e construtivo, fala-se que foi criada a Comissão, mas acho que merecíamos um bocadinho mais!” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que não tinha lido o Notícias de Odemira, mas tinha visto outro jornal onde também não vinha nada sobre a sessão em causa. -----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que informou que era opinião do Grupo de Trabalho avançar com a “Folha da Assembleia”, cujo objectivo seria: a divulgação da Assembleia Municipal; a criação de um logótipo, através de um desafio aos jovens das escolas; a divulgação nas escolas e a disponibilização da Assembleia Municipal para fazer sessões de esclarecimento; a divulgação da Assembleia Municipal junto das rádios locais; a criação de uma página na Internet. -----

----- Para a realização dos objectivos acima indicados, informou que seria necessário que fosse aprovada a transformação do Grupo de Trabalho, em Comissão Permanente, bem como a aprovação da Proposta da “Folha da Assembleia”, nos termos em que foi distribuída pelos membros, na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte de Dezembro do ano transacto. -----

----- Por último, referiu que pretendiam estabelecer uma ligação mais forte entre os deputados e os munícipes. Disse ainda que poderiam pautar-se pela seguinte frase: “Duas estradas divergiam num bosque e eu fui pela menos usada. Isso faz toda a diferença! E nós podemos fazer diferença, com esta Folha da Assembleia!”. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que apresentou o seguinte Requerimento:-----

----- “Exmº. Senhor-----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- De Odemira-----

----- Odemira, 28 de Fevereiro de 2007 -----

----- Joaquina Maria Eduarda Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de S. Luís vem por este meio requerer à Mesa da Assembleia Municipal, que no âmbito da problemática da saúde no Concelho de Odemira e, do processo de reorganização que está a ser implementado no Serviço Nacional de Saúde, para que todos fiquemos mais conhecedores da realidade do nosso Concelho seja inquirida a Direcção do Centro de Saúde de Odemira sobre as seguintes questões: -----

----- - Qual o número de consultas médicas realizadas pelo SAP – Odemira, nos anos de 2005 e 2006? -----

----- - Dos números a obter qual a percentagem que se podem considerar urgências e que foram encaminhados para um serviço mais avançado na prestação de cuidados? -----

----- - Qual o número de utentes do SNS por freguesia, tendo por base o seu local de residência? -----

----- - Qual o número de utentes no Concelho de Odemira que não têm médico de família, designado por freguesias? -----

----- - Nas freguesias onde existem médicos de família qual o número de utentes por cada médico? -----

----- - Quantas vezes por semana cada médico faz consultas em cada uma das freguesias? --

----- - Qual o número de consultas (efectivas, não meras passagens de receitas) que cada um dos médicos fez, em cada uma das freguesias nos anos de 2005 e 2006? -----

----- - No âmbito do SNS qual o número de médicos especialistas (não de clínica geral) que prestam serviço no Concelho de Odemira nos anos de 2005 e 2006?-----

----- Por cada uma das especialidades qual o número de consultas praticadas nos mesmos anos?-----

----- - Tendo em conta o número actual de utentes neste Concelho, qual o número de médicos e enfermeiros necessários aos cuidados básicos e cuidados paliativos de saúde?-----

----- - Com base no compromisso assumido pelo Sr. Ministro da Saúde para a criação de um Serviço de Urgência Básica em Odemira, qual o número de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, necessários ao seu funcionamento, tendo por base o número de urgências mínimo estabelecido para este tipos de serviço?-----

----- - De entre os médicos de família que neste momento prestam serviço no Concelho, quantos estão em regime de dedicação exclusiva ao SNS?-----

----- - Para os utentes que não dispõem de médico de família, qual o sistema de apoio que existe nomeadamente na passagem de receitas, baixas, etc?-----

----- Por último, disse que no programa de televisão “Prós e Contras”, a moderadora tinha questionado o senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca do protocolo celebrado com o senhor Ministro da Saúde. Em face do exposto, questionou se esse facto era verdade.-----

----- Perguntou ainda se já todos os membros do Conselho Municipal de Segurança tinham tomado posse, uma vez que considerava importante que o Conselho apreciasse a questão do encerramento dos postos de GNR falados na Assembleia da República, sendo o de São Luís um dos que estava previsto encerrar.-----

----- Questionou também em que situação estava o chumbo da candidatura ao financiamento em Bruxelas, das redes de água em alta e as redes de esgotos, bem como a situação em que se encontra a estação de tratamento do Castelhão.-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que lembrou a proposta feita pela Associação

Vida por Vida – Pró Bombeiros de Vila Nova de Milfontes, para visitar as instalações do quartel. Sugeriu que, apesar do convite ter sido feito individualmente, a visita deveria ser feita pela Assembleia Municipal na globalidade, no mesmo dia.-----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que alguns meses atrás tinha sido alvo de uma denúncia de crime de peculato, junto do IGAT que fez diligências através da Polícia Judiciária, à qual tinha prestado declarações num interrogatório. Na sequência desse facto, disse que já tinha recebido um ofício do Tribunal, através do Ministério Público, no qual vinha referido que tinha sido ilibado, porque não haviam factos relevantes para deduzirem uma acusação contra ele.-----

----- Disse ainda que tinha orgulho em ser Autarca e que durante vários anos tinha posto em causa a sua vida pessoal e familiar, em prol da comunidade que representava. Referiu também que por um lado, tinha ficado muito triste por terem levantado suspeitas em relação à sua pessoa, mas por outro tinha ficado contente de ter sido inspeccionado e interrogado e não terem encontrado provas nenhuma que pudessem sequer deduzir uma acusação contra ele.-----

----- Interveio o senhor José Ribeiro que disse o seguinte: “Gostaria de falar de um Amigo, de um grande Amigo que faz no dia 2 de Agosto...76 anos.-----

----- Falo de um Amigo, figura importante na música, na autêntica música Popular Portuguesa.

----- Falo de um Cantor Poeta, que com os seus poemas e a sua voz, incomodou até à raiva, nos anos conturbados de sessenta e setenta, o fascismo e a sua polícia.-----

----- Lutou e fez com a palavra cantada uma espécie de “diário de protesto” dos sofrimentos e esperanças de todo um Povo. -----

----- Amava a Liberdade e queria a Liberdade.-----

----- Os seus poemas eram armas afiadas, com as quais desafiava a censura, o fascismo e a polícia política.-----

----- Era um Homem humilde mas não submisso. -----

----- Amigo foi talvez a palavra que mais utilizou nas suas canções e era mesmo verdade...”em cada esquina um Amigo”.-----

----- Lutou sempre e entregou-se às causas dos mais humilhados e ofendidos deste e de todos os Países.-----

----- Mas para o governo fascista de Salazar era um subversivo. Era preciso tapar-lhe a boca. --

----- Mas o governo fascista de Salazar era pequeno demais para tão grande lutador. -----

----- Canções como “Os Vampiros”, “Cantos velhos rumos novos”, “Trás outro amigo também”, “Cantigas do Maio”, “Eu vou ser como a toupeira” e “Venham mais cinco”, são provas mais que suficientes, se juntarmos a isto uma actividade mais próxima do Povo como cantor-agitador em sociedades de recreio, círculos culturais da Província, grupos de teatro, cineclubes, fábricas, sindicatos, escolas, universidades e associações académicas. -----

----- É preso várias vezes pela PIDE/ DGS. -----

----- Em 1969, 1970 e 1971 o Cantor-Poeta recebe o prémio da Casa da Imprensa pelo melhor disco em cada um destes anos. -----

----- Por esta altura o seu nome é sistematicamente censurado. Alguns jornais para o fazerem escrevem-no ao contrário “ÉSOJ OSNOFA”.-----

----- O último espectáculo a que assisti deste meu Amigo foi no Coliseu do Recreios em Março de 1974, em que a censura impede o Cantor-Poeta de interpretar o reportório que preparara. ----

----- Num ambiente fortemente tenso e com agentes da PIDE/ DGS, visíveis entre a assistência, que esgotava a sala, o meu Amigo só cantou duas canções “Milho Verde” e “Grândola Vila Morena”.-----

----- Foi sem dúvida o maior coro que o Cantor-Poeta teve. -----

----- Meu Amigo, meu Grande Amigo, foste um “CANTOR-AGITADOR”, a tua Voz é uma arma afiada, uma arma Solidária. -----

----- “HÁ HOMENS QUE LUTAM UM DIA E SÃO BONS”;-----

----- “HÁ HOMENS QUE LUTAM UM ANO E SÃO MUITO BONS”;-----

----- “HÁ OUTROS QUE LUTAM MUITOS ANOS E SÃO MELHORES”;-----

----- “E HÁ AINDA AQUELES QUE LUTAM TODA A VIDA E ESSES SÃO IMPRESCINDÍVEIS”...(Brecht). -----

----- Foste e continuas a ser afastado das rádios, televisões e toda a comunicação social.-----

----- Só espero que todos os “vampiros”, que ainda os há, não apareçam agora hipocritamente, a buscarem nos arquivos a sete chaves fechados, procurarem pequenas memórias Tuas. -----

----- Por isso, há dois ou três dias, comecei a ouvir, ver e ler, e não pude ignorar que tanta imagem e música eram do meu Amigo, do meu grande Amigo. Fiquei intrigado e fui encontrar jornais de Fevereiro de 1987, que diziam “MORREU O ZECA AFONSO”. -----

----- Mas não...é mentira, porque ainda hoje no meu velho gira-discos Te ouvi “Zeca” meu Companheiro de sonhos.” -----

----- Intevio a senhora Helena Loermans que questionou em que situação estava a recolha de opiniões sobre o funcionamento dos serviços dos CTT e a consequente resposta à ANACOM. -----

----- Por último, referiu que num dos seus passeios por Odemira, tinha reparado que a porta de emergência do auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, dava para uma plataforma de cimento, com cerca de dois metros quadrados, sem protecção nenhuma para a descida que se encontrava por cima da Avenida Poole da Costa. Em face do exposto, questionou se o projecto de segurança do edifício contemplava aquele tipo de saída de emergência, uma vez que considerava que se tratava de uma autentica armadilha, quer para os utentes da Biblioteca, quer para eles próprios que tinham as sessões da Assembleia Municipal naquele local. -----

----- Intevio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, na altura da realização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal sobre a saúde, aquela edição do Jornal Notícias de Odemira já se encontrava fechada, pelo que a única hipótese tinha sido fazer

uma breve alusão ao que se tinha passado na sessão em causa. Disse ainda que concordava quando se falou que a notícia deveria ter sido mais rebuscada, mas devido às condições de fecho do jornal considerou preferível fazer uma breve alusão à sessão do que não se dizer nada e esperar passar mais três meses até à saída da nova edição. -----

----- Referiu ainda que concordava com a ideia da “Folha da Assembleia”, no entanto considerou que o problema seria na distribuição da mesma.-----

----- Disse ainda que a Câmara Municipal não tinha assinado qualquer protocolo com o Ministério da Saúde. Em relação ao Conselho Municipal de Segurança, informou que ainda existiam quatro instituições que não tinha indicado os seus representantes, no entanto ia verificar se legalmente poderiam reunir, sem terem tomado posse todos os elementos que compunham o citado Conselho. -----

----- Por último, disse que a candidatura a Bruxelas tinha sido chumbada, segundo eles, porque as Associações envolvidas não tinham demonstrado capacidade organizacional e financeira. Disse também que as Associações tinham-se juntado, como o Governo tinha solicitado, para fazer uma candidatura conjunta, mas que não era integrada. Revelou ainda que tinha havido uma primeira reunião onde colocaram aos Presidentes das Associações, face ao novo Quadro Comunitário, se queriam continuar com a candidatura conjunta, se queriam “saltar” para as candidaturas multimunicipais, entre outras hipóteses, o que originou opiniões diversas, não estando ainda a situação estabilizada. -----

----- Em relação à sinalização rodoviária, informou que a proposta de alteração estava concluída e iria ser discutida com a GNR e as Juntas de Freguesia em causa. Quanto aos semáforos na ponte, disse que se tratava de uma questão da competência das Estradas de Portugal, no entanto iria falar sobre o assunto ao Engenheiro Melo. -----

----- Quanto à questão do cemitério, disse que a proposta de alteração do Regulamento tinha sido distribuída aos Vereadores para recolha de contributos e seria presente numa das próximas

reuniões da Câmara Municipal. Revelou ainda que o problema da falta de funcionários no cemitério era preocupante, porque os concursos eram abertos e quase ninguém concorria. -----

----- Congratulou-se também pelo facto do Ministério Público referir que não existiam motivos para o Autarca António Eduardo Silva ser levado a julgamento, bem como não tinham encontrado indícios, nem provas que o incriminassem.-----

----- Ainda antes de terminar a intervenção e referindo-se a uma troca de palavras havida entre ele o senhor Raul de Albuquerque Tomás, na sessão ordinária de vinte e nove de Setembro do ano transacto, sobre a electrificação do Cabeço Queimado, disse que iria demonstrar documentalmente que o que tinha dito na altura tinha sido o correcto. Referiu que, no dia vinte e três de Março do citado ano tinha oficiado a EDP, recordando o acordo efectuado entre a Câmara Municipal, o Parque Natural e a EDP, numa reunião havida no dia vinte e oito de Novembro do ano de dois mil e cinco, em que a EDP tinha ficado de executar os projectos das linhas de média tensão para a electrificação das zonas de Santoleira e de Cabeço Queimado e que até aquela data ainda não tinham tido qualquer resposta.-----

----- No dia vinte e quatro de Abril do ano de dois mil e seis, a EDP tinha solicitado ajuda à Câmara Municipal para agendar uma reunião com o Parque Natural. No dia dois de Novembro do mesmo ano eram recebidos, na Câmara Municipal, os projectos em causa, cujo concurso não poderia ser lançado sem a média tensão estar executada. No dia doze de Dezembro do mesmo ano, a Direcção Regional de Energia do Alentejo enviou os éditos da média tensão que apenas foram publicados em Diário da República no dia catorze de Fevereiro do corrente ano.-----

----- Revelou também que a Associação Vida por Vida – Pró Bombeiros de Vila Nova de Milfontes, já tinha a formação homologada pelo Ministério da Administração Interna.-----

----- Referiu ainda que tinha havido rumores em Odemira, relativamente a um funeral recentemente havido e às condições em que a campa teria ficado acabada, o que teria originado problemas num familiar. Relativamente ao assunto, disse que tinha estado presente no funeral

em causa e que não tinha verificado qualquer irregularidade, pelo que solicitou que não brincassem com coisas sérias e sobretudo não fizessem política com isso.-----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que agradeceu a explicação do senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à electrificação do Cabeço Queimado e bem assim questionou para quando iria haver electrificação naquela zona. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinham tudo preparado para lançar o concurso de electrificação, aguardavam apenas o parecer do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. -----

----- Referiu ainda, em relação à porta de emergência do auditório da Biblioteca Municipal de Odemira, que a obra, na altura, tinha tido as aprovações legais de todas as entidades chamadas ao processo, no entanto iria junto dos serviços verificar a situação exposta. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que, referindo-se ao artigo vigésimo sétimo do Regimento dos Membros deste Órgão, informou que dado o avanço da hora e a extensa Ordem de Trabalhos, teriam de equacionar a realização de uma segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, nos termos do artigo quinquagésimo segundo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro. Apreciado o assunto, foi deliberado por consenso a realização da segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, no próximo dia dois de Março. -----

----- Informou ainda que a ordem dos assuntos constantes no Período da Ordem do Dia teria de ser alterada, uma vez que seria urgente a deliberação na presente reunião do assunto constante no ponto dois, tendo em conta a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Em face do exposto, foi deliberado, por consenso, que o segundo assunto do Período da Ordem do Dia, com o título “1ª Modificação Orçamental – 2007: 1ª Revisão ao Orçamento da

Receita; 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação”, fosse debatido na presente sessão. -----

-----**III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** 1ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2007: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-----

----- “Foi presente a 1ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2007, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, na 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, na 1ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais e na 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e que apresenta os seguintes valores: -----

----- **ORÇAMENTO DA RECEITA:**-----

----- Inscrições/ Reforços: 2.328.500,00 € (dois milhões trezentos e vinte e oito mil e quinhentos euros);-----

----- Diminuições/ Anulações: 2.000,00 € (dois mil euros);-----

----- **ORÇAMENTO DA DESPESA:**-----

----- Inscrições/ Reforços: 3.040.500,00 € (três milhões quarenta mil e quinhentos euros); --

----- Diminuições/ Anulações: 714.000,00 € (setecentos e catorze mil euros);-----

----- **PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS:**-----

----- Inscrições/ Reforços: 5.200,00 € (cinco mil e duzentos euros);-----

----- Diminuições/ Anulações: 0,00 € (zero euros);-----

----- **PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:**-----

----- Inscrições/ Reforços: 2.628.000,00 € (dois milhões seiscentos e vinte e oito mil euros);
----- Diminuições/ Anulações: 216.000,00 € (duzentos e dezasseis mil euros);-----
----- Propõe-se aprovar nos termos propostos, bem como remeter o assunto para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.-----

----- Aprovado por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores da CDU.” -----
----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão era uma hora e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de Fevereiro.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser

assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----